

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão de  
Economia, Obras Públicas, Planeamento e  
Habitação**

**Deputado Afonso Oliveira**

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão de  
Orçamento e Finanças**

**Deputado Filipe Neto Brandão**

**Assunto:** Nomeações e Indemnizações na TAP, e governo: Audições de Responsáveis da Empresa e Membros do Governo.

No exato mês em que os portugueses se preparam para “despejar” na TAP perto de 1000 milhões de euros - a incluir no valor global de mais de 3000 milhões de euros que o governo insiste em gastar num alegado “projeto de reestruturação” da empresa - continuam a chegar a público notícias de conflitos laborais e greves, de opções de gestão incompreensíveis, da ignorância do acionista Estado, da articulação e unidade do Conselho Executivo da TAP, tudo com grave dano económico e reputacional da companhia nacionalizada em 2016 por birra socialista.

A última zanga prepara-se para custar aos portugueses 500 mil euros.

Conforme relato da Comunicação Social, uma administradora nomeada por este governo sob tutela dos Ministros Fernando Medina e Pedro Nuno Santos terá “renunciado” ao seu mandato e recebido o valor de 500 mil euros de “indemnização”.

Espantosamente, poucos meses passados, a mesma administradora que renunciou, não podia continuar na TAP e recebeu indemnização pelo feito, terá

sido novamente nomeada pelo mesmo governo e pelo mesmo ministro para a presidência de outra empresa pública.

Com a mesma convicção e passadas semanas a dita administradora foi convidada para o governo, com a pasta do Tesouro, ou seja, debaixo da tutela do Ministro da Finanças, e que detém a tutela financeira da TAP.

Destapados os “negócios” verifica-se que, entre meias-verdades e meias mentiras, omissões e dissimulações, a TAP não consegue explicar o sucedido, refugiando-se num alegado “acordo confidencial” pago com o dinheiro público – ou seja, dos portugueses – confiado à Companhia, a visada, ora Secretária de Estado invoca “legalidade estrita”, e os ministros responsáveis reclamam e confessam ignorância da gestão na empresa que tutelam.

O primeiro-ministro, como líder do governo e primeiro responsável pelos ministros que chefia, obviamente, “*desconhecia em absoluto*” e pede esclarecimentos, que se apressa a remeter para avaliação de terceiros.

Todos estes imbróglis revelam profunda falta de bom senso e sentido de responsabilidade e de Estado, mas não só.

Falta apurar em que circunstâncias e com que real fundamento se operou a saída da agora Secretária de Estado, bem como qual o conhecimento e intervenção de cada um dos envolvidos.

Falta apurar quem violou deveres funcionais básicos de reporte e articulação com o acionista Estado, seja na empresa seja no governo.

Falta apurar quando e como cada um dos protagonistas teve conhecimento dos factos e a qual a sua participação nestas decisões.

Falta apurar quem vai assumir as consequências políticas por mais esta *dança de cadeiras*, lugares e indemnizações da maioria absoluta socialista a suportar pelo erário público.

O GPPSD tem vindo, de forma reiterada, a alertar para as opções do governo na gestão do dossiê da TAP, feitas mais de preconceito ideológico, teimosia política e desperdício de dinheiros públicos.

Mas, neste caso, os factos já apurados ultrapassam a má gestão e indiciam um *polvo* de relações e compromissos cruzados que carecem de profunda averiguação.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, vêm solicitar as diligências de V. Exas no sentido de serem ouvidos COM URGÊNCIA e em audição conjunta nas Comissões a que presidem, respetivamente:

- a) A ex-administradora da TAP e ainda Secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis;
- b) A Presidente da Comissão Executiva da TAP Christine Ourmières-Widener;
- c) O Presidente do Conselho de Administração da TAP Manuel Beja
- d) O Ministro das Infraestruturas e Habitação Pedro Nuno Santos;
- e) O Ministro das Finanças Fernando Medina.

Assembleia da República, de 27 de dezembro de 2022

Os Deputados,

Paulo Rios de Oliveira

Hugo Carneiro

Márcia Passos

Duarte Pacheco

Jorge Salgueiro Mendes

Alexandre Simões